

A MEMÓRIA E A EXTINÇÃO DOS MARAJOARAS

The Marajoaras memory and extinction

Gabriel de Almeida de Barros¹

RESUMO

Esse artigo retoma o conceito de memória da Grécia antiga e suas aplicações, assim como o distanciamento que ocorre entre a realidade e memória quando apenas determinado grupo, em uma relação conflitante, detém o espaço de fala. Na sequência, utilizando de historiografia e estudos arqueológicos sobre o povo marajoara, analiso registros documentais que existem sobre essa etnia. Verifico então, na prática, de que forma a memória dos principais personagens da colonização do Brasil influenciou a memória desses indígenas e o que poderia então de fato ter ocorrido com eles.

Palavras-chave: Civilização Marajoara. Memória. Colonização do Brasil. Povos Indígenas.

ABSTRACT

This article brings together the concept of memory of ancient Greece and its applications, just as the distance that occurs between reality and memory in a conflicting relationship maintains the space of speech. Then, using the historiography and archaeological studies on the Marajoara people, questions about the documents that exist about this ethnic group. The way of divulging the memory of the main characters of the colonization of Brazil influenced the memory of the people who could manifest with them.

Keywords: Marajoara Civilization. Memory. Colonization of Brazil. Indigenous Peoples.

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí. gabrieldealmeida@gmail.com.
✉ Estrada do Bananal, 566 ap. 304, Freguesia (Jacarepaguá), Rio de Janeiro, RJ. 22750-013.

INTRODUÇÃO

[...] é impressionante a trajetória de um povo dominado como o são, por exemplo os índios brasileiros: outrora senhores da terra e agora estranhos na pátria em que vivem.
R. F. Carvalho, 1998, p. 120.

Até a chegada dos europeus havia no Brasil incontáveis civilizações indígenas que já estavam estabelecidas havia milênios. Uma visão crítica dos fatos, conforme proposta por Benjamin (1985), permite que reconheçamos que o processo de colonização não foi dado de forma pacífica. O processo de ocupação mudou profundamente a dinâmica de vida dos brasileiros originais através de assassinatos, disseminação de doenças, escravidão, violência sexual e recriminação de suas religiões quando apenas o cristianismo era aceito. Entre essas civilizações encontra-se a marajoara: uma grande e organizada civilização que morou na Ilha de Marajó no período pré-colonial e que, graças aos vestígios da cerâmica que produziam, sua existência não foi apagada pelo esquecimento, conforme pode ter ocorrido a diversas outras que não chegaram a criar referências. Entretanto, a memória desse povo criada pelo vencedor insiste em lhes dar fim em meados do século XIV, eximindo o conquistador de qualquer culpa ou abuso contra eles. Este artigo, através de questionamentos à memória dos outros principais personagens desta cena e que são os que registraram os primeiros documentos historiográficos brasileiros, os jesuítas e os portugueses, e através de estudos arqueológicos, busca refletir sobre o que poderia de fato ter acontecido aos índios marajoaras e quais impactos o hiato histórico criado poderia afetar a identificação dos brasileiros contemporâneos com esse povo.

Na fundamentação de memória foi escolhido o trabalho de Jean-Pierre Vernant, que, em um processo de retorno aos relatos mais

antigos que conhecemos, faz uma busca na Grécia antiga para consolidar esse conceito que, sem sua devida utilização, pode causar o esquecimento de um povo. Tal esquecimento, por mais que não o extermine, provoca seu afastamento das evidências que constituem seu mundo como sua cultura, tradições e relações sociais. Walter Benjamin foi considerado devido à utilização prática que a memória tem em seu trabalho, e a reflexão que ele proporciona questionando e se posicionando criticamente sobre quem e de que forma a memória é repassada.

O QUE É MEMÓRIA?

O ser, ao se afastar do presente, se distancia de si mesmo, atinge outras regiões do ser, outros níveis cósmicos, entre os quais, o passado, “explorá-lo é descobrir o que se dissimula nas profundezas do ser” (VERNANT, 1990, p. 143). A ideia de memória de Jean-Pierre Vernant remete à mitologia grega que é onde nossos registros e documentação se originam. As epopeias cantadas pelos poetas tiveram um papel fundamental na formação da sociedade grega arcaica e influenciam até hoje as sociedades.

Desde as obras literárias mais antigas com as quais temos contato, seus autores, Hesíodo e Homero possuem em comum outra característica, a de suas principais obras terem uma forte relação com a questão da **memória**. Em “Teogonia”, onde Hesíodo aborda o sincretismo religioso grego, a deusa Memória (*Mnemosyne*), junto do poderoso deus Zeus, dá origem às Musas que se manifestam através do canto e da dança. Já a “Ilíada” homérica tem o papel estrutural de construir a memória grega educando os povos, “atingindo a transmissão e resgate de costumes, tradições, crenças, rituais, valores, ética social, política e guerreira” (ABDANUR, 2009, p. 43-44).

Percebe-se, através do conceito de memória ligado às obras desses poetas, duas características muito importantes: a divinização da memória através da figura mitológica da deusa *Mnemosyne* e o papel educador que remete o homem ao seu passado. Por mais que Platão tenha demonstrado sua adversidade com os poetas em “A República”, pertencia a esses uma função chave na sociedade grega que era a de ter a capacidade de transformar alguém em imortal perante a história, ou seja, alguém que poderia ser lembrado eternamente. Segundo Vernant (1990, p. 138),

[...] a atividade do poeta orienta-se quase exclusivamente para o passado. Não seu passado individual, e também nem o passado em geral como se se tratasse de um quadro vazio, independentemente dos acontecimentos que nele se desenrolam, mas o ‘tempo antigo’, com seu conteúdo e as suas qualidades próprias: a idade heroica ou, para além disso, a idade primordial, o tempo original.

A memória é responsável por imortalizar pessoas a partir do momento em que tem a capacidade de transformá-las, de meros indivíduos, em heróis. Os que conseguem atingir essa segunda posição servirão de modelo de inspiração a serem seguidos ou admirados eternamente, ou até onde a memória perdurar. Já em seu sentido negativo, os que não conseguem conquistar esse reconhecimento histórico são penitenciados ao pior dos castigos que história pode conceder: o esquecimento. A memória faz “cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além ao qual retorna tudo o que deixou a luz do sol” (VERNANT, 1990, p. 143). Ao passo que o herói nunca será esquecido e seu exemplo perdurará por gerações, até séculos, a ausência de memória acaba matando no passado as evidências da existência de indivíduos, famílias e civilizações inteiras.

Vernant demonstra dessa forma a necessidade da valorização do passado para a criação de uma identidade originária de um povo, uma forma de ligá-lo a suas raízes. Ele afirma ainda sobre a memória que essa, “enquanto se distingue do hábito, representa uma invenção difícil, a conquista progressiva pelo homem do seu passado individual, como a história constitui para o grupo social a conquista do seu passado coletivo” (VERNANT, 1990, p. 135). A memória coletiva é a responsável por caracterizar um povo ligando o seu presente aos fatos históricos ou experiências míticas, contudo, deve-se levar em consideração que a história seja contada por quem conseguiu se posicionar como dominante no período vigente.

A grande importância dada por Vernant à figura do poeta, Walter Benjamin atribui ao narrador como propagador da memória e, sua narrativa possui uma dimensão utilitária que consiste “seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida” (BENJAMIN, 1985, p. 200). Para o autor, o narrador é quem encarna a deusa *Mnemosyne* em sua primeira forma épica e acrescenta que “a memória é a mais épica de todas as faculdades” (BENJAMIN, 1985, p. 210). Enquanto que Vernant apresenta a memória de uma forma praticamente sacralizada a partir dos antigos da Grécia, em Benjamin temos a discussão a partir dos portadores desse sagrado, estando estes na figura do narrador e na do historiador.

A memória, para Benjamin, permite que se dê a reciprocidade. Ela não é unidirecional, realizando o caminho partindo do presente com destino ao passado. Ela é bidirecional, na medida em que o passado também visa o futuro. Ao lançar luz para o futuro, o passado sustenta o presente e possibilita o acontecimento do futuro aos moldes do que a memória salvaguardou. Conforme salienta Rangel (2016), “[...] o passado e também a história é mais do que esta orientação específica,

delimitada e impositiva, (quase) irresistível, que determina o futuro imediato” (RANGEL, 2016, p. 129). Ainda sobre o passado, Benjamin (1985, p. 223) afirma que

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera.

O narrador é alguém que não está presente entre nós, contudo, é alguém que conhece a fundo a memória. Por essa posição distanciada seria acima de tudo alguém que sabe dar conselhos, ou um sábio que tem posse da sabedoria passada pela experiência de seus antepassados. Aconselhar não se limita a um simples exercício de responder perguntas, mas o de sugerir continuação a uma história que está sendo narrada. Para que isso se permita, é necessário primeiramente que se tenha o domínio da arte da narrativa, na sequência, um homem só é suscetível a receber um conselho conforme verbaliza a situação na qual se encontra.

Ao conselho galgado na experiência de vida, seja ela própria ou de outros, Benjamin (1985) chama de “sabedoria”. Para ele, está em vias de extinção a arte de intercambiar experiências, considerando que esta troca que as pessoas realizam umas com as outras é a fonte buscada pelos narradores. Isso se dá porque as experiências estão desvalorizadas, o que foi causado pela falta de comunicação.

“Mas, se ‘dar conselhos’ parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis” (BENJAMIN, 1985, p. 200). A perda da tradição oral, legado deixado pela poesia épica,

é o principal sintoma do definhamento da narrativa e consequente enfraquecimento da relação de um povo com sua memória.

A narrativa atravessa dessa forma uma crise que teria, entre outros causadores, o surgimento do romance. O romance se diferencia da narrativa ou da epopeia por estar vinculado ao livro, fenômeno que só foi possível após a invenção da imprensa. Enquanto que a narrativa se baseia em experiências passadas, o romance não contribui para a memória, pois não procede da tradição oral e também não a alimenta ou fortifica. Por mais importantes que sejam os livros dentro desse gênero “são totalmente refratári[o]s ao conselho e não contêm a menor centelha de sabedoria” (BENJAMIN, 1985, p. 201).

O segundo indício da morte da narrativa, se dá através da necessidade da era da informação de que o que esteja sendo veiculado seja plausível. Enquanto que relatos antigos por vezes recorriam ao miraculoso, a informação difundida nessa atual era aspira pelo verossímil, por mais que isso não seja garantia de que de maior veracidade. “Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações” (BENJAMIN, 1985, p. 203). A própria narrativa já se adequou à rápida velocidade imprimida ao mundo moderno e, o homem da cidade grande que teve sua paciência reduzida a cada vez que seu tempo se acelera, não tem mais tempo para se prender à lenta superposição de camadas de história formadas pelo processo de sucessão de narrativas. Conforme a obra citada, “[o] homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado” (BENJAMIN, 1985, p. 206). O homem moderno encontra-se ocupado demais para fiar ou tecer enquanto escuta uma história. A narrativa, considerada por Benjamin como uma arte artesanal, foi tecida ao longo de gerações que foram contribuindo com o fiar como se fosse uma rede “e assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida,

há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual” (BENJAMIN, 1985, p. 205). Como resposta a essa particular velocidade de se expor da narrativa, o impaciente leitor da era da informação busca como alternativa meras versões abreviadas conhecidas como *short-stories*.

Walter Benjamin deixa claro o cuidado que devemos ter ao abordar os registros históricos, pois esses, ao mesmo tempo em que agem sobre o futuro podem, eles próprios, sofrer interferência no passado. Quando a história proporciona algum embate entre povos distintos, a única versão que ficará disponível para ser contada é a de quem venceu.

É necessário, segundo Benjamin, que no momento de se analisar um fato histórico, seja recriada toda a atmosfera (*Stimmung*) específica e adequada que permeia os acontecimentos, evidenciando assim o contexto que possibilita a crítica acerca do historiador e sua relação com o objeto de estudo. Essa forma necessária de analisar a história é a que rompe com o método da empatia. Por esse método, quando nos perguntamos com quem o investigador historicista estabeleceu tal relação, a resposta evidente é a de que a empatia foi estabelecida com o vencedor.

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. [...] Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão (BENJAMIN, 1985, p. 225).

Um bom narrador, ao invés de se aproximar, deve fazer o movimento contrário e se afastar a uma distância apropriada de observação e ângulo favorável para que não seja influenciado a tomar partido de nenhum dos personagens envolvidos em um conflito (BENJAMIN, 1985). Contudo, deve-se salientar a atividade do narrador como tendo a

responsabilidade de realizar a troca de experiências, fazendo a ligação do passado com o presente e futuro. Já o historiador tem a função de permitir compreensões complementares ao seu ponto de vista fazendo uso de uma “sensibilidade ou [...] intuição fenomenológica” (RANGEL, 2016, p. 172), que permite construir uma imagem mais completa dos fatos. O poeta, por sua vez, em uma descrição que se assemelha a mistura dos dois ofícios anteriores, é quem “tem o poder de estar presente no passado” (VERNANT, p. 138). A ausência dessas importantes figuras portadoras do conhecimento passado impacta diretamente no valor da memória. Benjamin (1985) exemplifica que após o término da Primeira Guerra Mundial, o que se difundia nos livros históricos dez anos depois nada tinham a ver com a experiência comunicada oralmente.

Se dez anos seriam capazes de provocar tais mudanças na memória, o que se dizer de ao menos 500 anos de uma narrativa reproduzida por uma elite europeia e que teve pouco contato com os povos originários do Brasil? Um dos principais reflexos provocados pelo evidente desconhecimento dos hábitos, cultura e costumes dos diversos povos indígenas que habitavam tanto antes como após o descobrimento é a falta de identificação dos brasileiros com suas raízes.

OS MARAJOARAS

Quando se remete ao ensino da história do Brasil, ao pensar seu início, com raras exceções nos vem a imagem da chegada dos portugueses em 22 de abril de 1500 em uma expedição comandada por Pedro Álvares Cabral. Apesar de essa hipótese possuir refutações e existir vestígios da presença de europeus, inclusive de outras nacionalidades, antes dessa data, a presença dos habitantes originários que já estavam no Brasil quase 10.000 anos antes da chegada dos ocidentais possui

papel secundário na educação desta disciplina². Por sua vez, quando é trazido à memória o que há de cultura como lendas e mitos das populações tradicionais amazônicas, comumente recai-se na visão da lenda das amazonas, que acabaram dando nome ao rio. Essas mulheres guerreiras e sem marido, no entanto, nada tem de amazônico, apenas mitologia grega que instigava o imaginário dos conquistadores da América (SCHAAN, 2009, p. 55). Da mesma forma que o outro lado do Atlântico personificava o lugar ideal para os mais diversos mitos vindos da Europa, a lenda do Eldorado, por exemplo, que acabou se fundamentando no imaginário dos conquistadores, histórias das mais diversas criaturas e relatos de povos exóticos ocupavam os testemunhos dos que voltavam para sua terra. Através desta forma de documentar as aventuras no Novo Continente, o eurocentrismo permitiu que os **povos selvagens** fossem considerados como inferiores e passíveis de serem dominados³. Os que quisessem se manter livres, caso conseguissem sobreviver aos confrontos armados, disseminação de doenças e trabalho forçado, teriam de migrar cada vez para mais dentro da mata em pontos isolados o suficiente que não fossem alcançados com facilidade pelas expedições dos conquistadores.

O imaginário europeu manteve-se até recentemente influenciado por preconceitos relacionados a uma visão simplista dos índios, inclusive afirmando que povos como o marajoara teriam perecido devido a uma alimentação pobre em proteínas, fator necessário para

² Segundo Anna Roosevelt et al (1996 apud SCHAAN, 2009, p. 60), há vestígios em Monte Alegre, situada na região do Baixo Amazonas, de habitantes em torno de 11.200 AP e dos paleoíndios de 9.800 AP.

³ Segundo Schaan (2009, p. 56), em 1537 o Papa Paulo III afirmou através de uma Bula Papal que os índios eram homens e possuíam alma, ainda assim milhares foram escravizados e exterminados ao longo dos três primeiros séculos de ocupação.

manter uma sociedade complexa.⁴ Contudo, a biodiversidade de um ecossistema tão rico traz condições ideais para o extrativismo e existem indícios do domínio de culturas como a de milho e mandioca (ROOSEVELT, 1980, p. 150). Schaan (2004) afirma que estes viviam em uma organização social conhecida como cacicado, uma espécie de organização intermediária entre aldeia e estado. Soma-se a isso evidências de que as populações pré-coloniais da ilha já possuíam um sistema avançado de manejo hidráulico através da escavação de reservatórios e represamento de igarapés o que permitia a garantia do suprimento de água durante os meses sem chuvas e a retenção de peixes em condições similares a viveiros (SCHAAN, 2004).

Padre Giovanni Gallo (1997), um dos principais estudiosos da população marajoara, chama o regime de vida na ilha de “Ditadura das Águas”. O padre italiano que morou décadas em Marajó e criou o Museu do Marajó para evitar que a memória dos marajoaras fosse totalmente esquecida assim como a de outros povos, contudo, é um dos que defendem a versão histórica na qual os marajoaras teriam desaparecido em 1350⁵. Essa teoria, por mais que pareça absurda quando vista sob um olhar crítico, representa a quebra da cadeia da tradição fundada pela memória “que transmite os acontecimentos de geração em geração” (BENJAMIN, 1985, p. 211).

Por um lado, então, existem estudiosos da cultura marajoara, uma cultura que pode ter chegado a até um milhão de habitantes (ROOSEVELT, 1991), mantendo a teoria da extinção desse povo sem um motivo claro logo antes da chegada dos europeus à Ilha. Por

⁴ Schaan (2009, p. 57) exemplifica que em 1948 Steward publicou um “*handbook*” sobre tribos amazônicas onde afirma que essas possuíam uma alimentação pobre em proteínas e teriam sido receptoras passivas de invenções como a cerâmica e a agricultura que teriam primeiramente se desenvolvido em outras partes do continente.

⁵ A teoria de que os marajoaras desapareceram no século XIV é defendida, entre outros, por: Roosevelt (1991); Meggers; Danon (1988); Gallo (2005).

outro, existe um ou outro residente desta reivindica com orgulho a descendência dos povos originários e questiona os motivos da população não procurar saber sobre suas origens, hábitos, práticas sociais, religiosidades, patrimônios materiais e sensíveis, por mais que o processo de colonização tenha sido intenso e violento.

Pacheco (2010a) questiona onde estariam os indícios de suas vivências, modos de organização social, saberes, crenças, tradições. Onde seria possível encontrar a memória desse povo que por séculos esteve ali?

[...] pouco consegui saber de traços étnicos presentes não somente em suas fisionomias, mas em suas práticas e leituras de mundo. O máximo a que cheguei foi dizer serem descendentes de índios [...], reproduzindo certo olhar generalizante, que pouco contribui para entender e ver mais de perto suas cosmovisões, enfim, suas identidades culturais (PACHECO, 2010a, p. 35).

A antiga grande Ilha de Joanes encontra-se em um ponto estratégico para a exploração da Amazônia por via fluvial, o que logo despertou a ganância dos portugueses, ingleses e holandeses que ao tentar passar pelo estreito de Breves rumo ao rio Amazonas tinham suas canoas atacadas pelos insulinos. Após duas expedições mal-sucedidas, os portugueses em 1655 organizam uma terceira expedição⁶.

Conforme a grandiosidade que o evento vai tomando, digno de uma versão tropical das epopeias de Homero, a figura do missionário ganha papel de destaque. Esse fator foi a condição chave para que se criasse a memória de conciliadores para a Companhia de Jesus na região e,

6 Segundo relata Barroso (apud PACHECO, 2010a, p. 21), “[...] essa empreitada pretendia o extermínio e o cativeiro das nações marajoaras, mas ‘quem havia de pacificá-los eram os santos Missionários e não os portugueses, com os seus mosquetes e arcabuzes impiedosos que lavraram o ódio, a perseguição, a fome, a miséria e a destruição no seio desses pobres seres, que apesar de serem bárbaros, eram também humanos”.

segundo Pacheco (2010a, p. 16), com destaque para os feitos do padre Antônio Vieira⁷.

Entretanto, ao passo que o padre Antônio Vieira através do acordo de paz tornou possível o acesso de embarcações para a exploração da floresta, esse acordo teve efeitos perversos por terem também aberto as portas para a escravização e o extermínio dos marajoaras. Da forma benjaminina de analisar a história, podemos perceber como um dito vencedor, por mais que tenha prejudicado um povo sob diversos aspectos, concebe sua única versão existente de memória de forma imaculada⁸.

O fato de os aborígenes só terem tido conhecimento da escrita após a catequização, não permite que tenhamos acesso à sua memória pré-colonização, e que os relatos dos acontecimentos dessa fase em que os primeiros contatos ocorreram fique comprometido com a versão dos historiadores da época, notadamente a favor dos religiosos.

A história indígena pré-colombiana [...] pouco pode se beneficiar dos relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX e das etnografias do século XX, a não ser que esses dados sejam usados como hipóteses a serem contrastadas com o registro arqueológico (SCHAAN, 2009, p.58).

Complementando os estudos arqueológicos que têm sido desenvolvidos na região. Martins, Silva & Portal fizeram uma investigação a partir da memória oral dos marajoaras, conversando

7 Conforme explicita Barroso (1953, p. 89) “Os jesuítas iluminados simplesmente pelo ideal cristão não encontraram nenhum obstáculo que os impossibilitassem de cumprirem os seus deveres religiosos. [...] Fazia esses sacrifícios inauditos e inenarráveis para atrair os ameríndios à civilização”.

8 Segundo Pereira (apud PACHECO, 2010b, p. 53), além de ter possibilitado a ocorrência dessas mazelas, no século XVIII as fazendas de maior escravaria eram as dos religiosos, notadamente: Fazendas Arari, São João, São Jerônimo, São Pedro Nolasco, São José, Guajará, Retiro Fortaleza, Retiro Boa Vista, Jenipapucu.

com os moradores. Apesar de muitos terem contato com a famosa cerâmica marajoara através de pedaços encontrados, às vezes, inclusive dentro de seus quintais ou no entorno de suas casas, muitos acreditam que as peças foram deixadas por lá pelos antigos “Cabanos”⁹. De fato, a região foi palco de fugas e deserções dos revolucionários a partir da retomada de Belém pelas forças legalistas em 1836 o que poderia gerar associações errôneas de tempo e eventos distintos. Martins, Silva e Portal (2010) relatam também que essa confusão se dá já na própria conceituação histórica sobre o que foi a Cabanagem muitos contam uma versão que lhes foi passada de que os cabanos eram pessoas que praticavam atos de vandalismo e assassinatos e que as tropas legais foram à sua caça.

Interessa perceber a força de uma memória dominante atualizada, sinalizando ainda não aceitar, no presente, contestações, lutas e reivindicações de vozes populares por melhores condições de vida. Daí entendemos os respingos deste imaginário do poder em narrativas ribeirinhas (MARTINS; SILVA; PORTAL, 2010, p. 143-4).

Novamente, em um possível novo caso onde a história permitiu que os vencedores difundissem a sua versão, provocou que, nos dias atuais, a visão que se tenha sobre os cabanos é a de que sejam assombrações que aparecem em determinadas horas do dia o que faz com que os habitantes evitem determinadas regiões, principalmente onde se encontra vestígios da cerâmica. Relatam também Martins, Silva e

⁹ Segundo Reis (1972), a **cabanagem** foi um movimento onde as camadas humildes da sociedade paraense, entre os quais negros, mestiços e índios, se rebelaram contra a estrutura sócio-econômica vigente. O estopim teria sido a nomeação, pelas elites locais, de Lobo de Sousa como presidente da província. “A rebelião foi vencida pelas tropas legalistas, depois do bloqueio da entrada do Rio Amazonas e uma série de longos e cruéis confrontos. Belém acabou sendo praticamente destruída e a economia, devastada” (FAUSTO, 2000, p. 166).

Portal (2010) que durante suas buscas quando perguntavam sobre a cerâmica marajoara muitos diziam não conhecê-la, mas quando a equipe detalhava melhor os vestígios que procuravam, os moradores

[...] logo lembravam que encontravam muitos cacos durante o trabalho com a terra [...]. Muitos desses moradores, ao saber que esses vestígios são bem antigos e de origem indígena, e que a partir deles podemos conhecer melhor a história daquele lugar e compreender como viviam as pessoas que ali moravam, diziam **“ah, sempre encontramos esse material, mas para nós não tinha serventia alguma, por isso não nos interessávamos”** (MARTINS; SILVA; PORTAL, 2010, p. 142, destaques no original).

Conforme afirma Benjamin (1985, p. 205), “quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido”. Somado ao fato de ter sido aceita a imposição de uma versão histórica, pouco se fez para resistir a essa versão, devido à falta de identificação de um povo com a sua origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas palavras de Heidegger (2008, p. 228-229),

[...] sabemos demais e acreditamos com demasiada rapidez no que sabemos. Talvez por isso nos seja tão difícil adquirir familiaridade com uma questão nascida da verdadeira experiência. Para que isso aconteça é preciso poder espantar-se diante do simples e assumir esse espanto como morada.

O fato que podemos extrair disso é que, caso queiramos entender os acontecimentos que se sucederam no Brasil durante o período colonial e até antes dele, precisamos questionar a história que nos foi contada. Essa história que contempla inúmeras conquistas dos portugueses e que sacraliza o papel da Ordem de Jesus, por outro lado situa os índios

que foram escravizados e assassinados em um papel coadjuvante. Segundo Moniot (1976), a marginalização das populações indígenas fica notória nas análises e nas informações produzidas, que refletem, com frequência, visões radicais negadoras da humanidade desses povos e, portanto, da possibilidade de sua incorporação como cidadãos participantes na comunhão nacional.

No caso dos marajoaras, deu-se um ponto final à sua memória em meados do século XIV, eximindo os europeus de qualquer culpa pelos crimes que poderiam ter ocorrido face a um possível encontro. E se esse encontro tiver de fato ocorrido? O que salva esse povo de ter tido sua existência totalmente apagada são registros de pedaços de cerâmica que possibilitaram comprovar a sua presença, mesmo que as evidências encontradas até o momento só possam comprovar cientificamente sua presença até determinado período, não nos possibilita negar sua existência na história. Quantos outros povos não teriam sido dizimados nesse processo e não teriam conseguido deixar nenhum vestígio para que a história hoje lembre deles? Para Pacheco (2010a, p. 15), “[...] a escrita da história amazônica, ao fazer-se dentro de um legado epistemológico dominante que valoriza o centro em detrimento de suas margens, impediu de ouvir vozes de vivências e trajetórias locais nas suas próprias epistemes”.

As vozes estrangeiras que vieram do outro lado do Atlântico falaram mais alto do que a dos nativos. Qualquer tentativa de expressão dos indígenas foi prontamente calada. Quando os portugueses descobriram a Ilha de Marajó, havia lá uma tribo chamada *Nheengaíba*. Segundo Pacheco (2010b, p. 38)

[...] falar em *Nheengaibas* era um desqualificativo elaborado por colonizadores ocidentais para negar a multiplicidade de línguas faladas por aqueles ameríndios. Para os europeus, sempre foi mais

fácil excluir do que procurar entender imaginários, linguagens, simbologias de mundos tão díspares a seus referentes.

Com relação aos jesuítas, é inegável o papel que desempenharam como grupo de destaque na Amazônia e, segundo Pereira (apud PACHECO, 2010a, p. 21), a atuação do Padre Antônio Vieira teve papel fundamental no caso dos marajoaras, porém,

[...] sinalizar que o próprio historiador, muitas vezes sem observar armadilhas do documento ou da informação que recebe de outras pesquisas, ao passá-la adiante sem inquiri-la e cortejá-la a outros enunciados históricos, vai contribuindo para reatualizar a memória de determinado(s) sujeito(s), ajudando na reconstrução de suas(s) identidade(s) social(is). Como reflexo, outros rostos e trajetórias vão sendo desfiguradas.

Além de nos atentarmos à posição de quem registra o acontecimento histórico que virá a ser contado, há ainda a necessidade de questionar quem o está transmitindo. Segundo Pacheco (2010a), a Ordem dos Agostinianos Recoletos, na contemporaneidade, recriou papéis exercidos pelos jesuítas na Ilha de Marajó para reforçar sua atuação. “Nesses meandros, manipulou memórias históricas, projetando-as conforme suas conveniências, justificando, entre os sentidos de sua presença na região, a necessidade de não esquecer os precursores da missão em tempos de recristianização” (PACHECO, 2010a, p. 30).

Se, por um lado, há um problema com os documentos historiográficos que retratam a história dos marajoaras devido à desconfiança em relação a quem escreveu, por outro lado a ciência ainda tem muito a descobrir. Evidencia-se assim a necessidade de dois movimentos para manter viva a memória desses marajoaras: o de falar sobre ela, para que ela perdure, e, antes disso ainda, o de se pesquisar mais e trazer mais frutos de discussão. Pacheco (2010b, p. 43) defende

que “[a] fragilidade desse olhar pode estar na carência de investigações arqueológicas, antropológicas e históricas mais aprofundadas sobre o Marajó das Florestas, seja do período colonial para o contemporâneo, ou em períodos anteriores à colonização”. Contudo, teorias como a da extinção desta civilização não se sustentam mais devido ao grau de desenvolvimento tanto social quanto técnico que possuíam. Sobre sua alimentação, pesquisas atuais comprovam o quão rica era e a fartura que tinham de nutrientes dentro de uma Amazônia tão rica de biodiversidade animal e vegetal. Além do que a mata fornecia, possuíam conhecimento do plantio de algumas culturas e técnicas rudimentares de piscicultura.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem (BENJAMIN, 1985, p.224).

Percebe-se na fisionomia do paraense de uma forma geral, uma forte característica indígena. Por mais que seu passado recente tenha sido marcado por humilhações como escravidão e abuso por parte dos homens brancos, o que pode fazer com que queiram se desvincular dessa triste memória. O povo marajoara foi assimilado pela sociedade e, por mais que este processo tenha sido doloroso, o que teria ocasionado o rompimento das gerações atuais com a memória de seus antepassados indígenas, é um povo que se encontra presente na sociedade e vivo. ☉

REFERÊNCIAS

- ABDANUR, R. F. La Ilíada por César Brie: um canto de memória, luto e história. 2009. 106f. **Dissertação** (Mestrado em Literatura) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- ACEVEDO-MARÍN, R. E. Du travail esclave au travail libre: Le Pará (Brésil) sous le régime colonial et sous l’Empire (XVIIe-XIXe siècles). 1985. **Tese** (Doutorado) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- BARROSO, A. E. V. **Marajó**: estudo etnográfico, geológico, geográfico na grandiosa ilha da foz do rio Amazonas. Manaus: Associação de Imprensa do Amazonas, 1953.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas, Vol. 1**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.
- CARNEIRO, R. L. A base ecológica dos cacicados amazônicos. Trad. de Denise Pahl Schaan. **Revista de Arqueologia**, v. 20, n. 1, p. 117-154, 2007.
- CARVALHO, J. R. F. **Momentos de história da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 8 ed. São Paulo: EdUSP; Fundação para o desenvolvimento da educação, 2000.
- GALLO, Pe. G. **Marajó**: a ditadura da água. Cachoeira do Arari: Edições O Museu do Marajó, 1997.
- GALLO, Pe. G. **Motivos Ornamentais da Cerâmica Marajoara**: modelos para o artesanato de hoje. Cachoeira do Arari: Edições O Museu do Marajó. 2005.
- HEIDEGGER, M. “Alethéia (Heráclito, Fragmento 16)”. In: HEIDEGGER, M. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 227-249.

MEGGERS, B. J., DANON, J. Identification and implications of a hiatus in the archeological sequence on Marajo Island, Brazil. **Journal of Washington Academy of Sciences**, v. 78, n. 03, p. 245-253, 1988.

MONIOT, H. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs). **História, novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 99-112.

PEREIRA, M. N. Negros Escravos na Amazônia. In: **Anais... X Congresso Brasileiro de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, V. 3, pp. 153-185.

PACHECO A. S. A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN D. P.; MARTINS C. P. (Orgs). **Muito Além dos Campos: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. Belém: GKNORONHA, 2010a. p. 13-32.

PACHECO A. S. As áfricas nos marajós: visões, fugas e redes de contatos. In: SCHAAN D. P.; MARTINS C. P. (Orgs). **Muito além dos campos: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. Belém: GKNORONHA, 2010a. p. 33-71.

RANGEL, M. História e stimmung a partir de Walter Benjamin: sobre algumas possibilidades ético-políticas da historiografia. **Cadernos Walter Benjamin**, v. 17, p. 1-12, 2016.

RANGEL, M. Melancolia e história em Walter Benjamin. **Ensaio Filosóficos**, v. XIV, p. 126-137, 2016.

REIS, A. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, S.; CAMPOS, P. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: Tomo II O Brasil Monárquico**, vol. 2. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, p. 71-172.

ROOSEVELT, A. C. **Parmana: Prehistoric Maize and Manioc Subsistence along the Amazon and Orinoco**. New York: Academic Press, 1980.

ROOSEVELT, A. C. **Moundbuilders of the Amazon**. Geophysical Archaeology on Marajo Island, Brazil. San Diego: Academic Press, 1991.

ROOSEVELT, A. C. et al. Eighth Millennium Pottery from prehistoric shell Midden in the Brazilian Amazon. **Science**, v. 254, n. 5038, p. 1557-1696, 1991.

ROOSEVELT, A. C. et al. Paleoindian cave dwellers in the amazon: the peopling of America. **Science**, v. 272, n. 5260, p. 372-384, 1996.

SCHAAN, D. P. Os Filhos da Serpente: Rito, Mito e Subsistência nos Cacicados da Ilha de Marajó. **International Journal of South American Archaeology**, v. 1, p. 50-56, 2007.

SCHAAN, D. P. A Amazônia em 1491. **Especiaria – Caderno de Ciências Humanas**. Universidade Estadual de Santa Cruz. , v. 11 e 12, n. 20-21, p. 55-82, 2009.

SCHAAN, D. P.; SILVA W. F. V. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais na ilha de Marajó. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 17, n. 1, p. 13-32, 2004.

SOARES, F. J. S. Coração de Jesus. **Boletim de la Provincia de Santo Tomas de Villanueva da Ordem dos Agostinianos Recoletos**. Ano XXV, n. 282, 1946.

TORRANO, J. A. A. O mundo como função de musa. In: TORRANO, J. A. A. **Teogonia**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 1995.

VERNANT, J. P. **Mito e pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

Submetido em Novembro de 2018.

Revisado em Maio de 2019.

Aceito em Junho de 2019.